

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

Recitas operacionais

As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2023 R\$ 3.435,4 milhões, com aumento de R\$ 339,0 milhões ou 10,9% em relação ao ano anterior.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioambientais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.

Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.

Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.

Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid-19 e da Guerra da Ucrânia.

Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid-19.

Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.

A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.

De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.

Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.

A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.

O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.

Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.

Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos-base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro	Dezembro	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro	Dezembro
		de 2023	de 2022			de 2023	de 2022
Circulante		15.233.382	13.241.221	Circulante		14.296.881	11.307.541
Disponibilidades		489.888	180.126	Depósitos	14	314.278	51.410
Caixa e equivalentes de caixa	7	489.888	180.126	Depósitos interfinanceiros		200.090	-
Instrumentos financeiros		34.893	33.204	Depósitos a prazo		114.188	51.410
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	8	22.154	33.204	Instrumentos financeiros derivativos	17	32.862	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	12.739	-	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	2.019.109	993.608
Operações de crédito		3.102.026	2.898.129	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.019.109	993.608
Setor privado	9	4.409.655	3.953.635	Relações Interfinanceiras		9.080.926	7.660.493
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		-	-	Transações de pagamento	15	9.080.926	7.660.493
Outros créditos	9 f	(1.307.629)	(1.055.506)	Outras obrigações		2.849.706	2.602.030
Valores a receber relativos à transação de pagamento	9	11.379.247	9.878.212	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		5.297	5.467
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		-	-	Sociais e estatutárias	16.1	5.878	6.874
Diversos	9 f	(85.110)	(68.056)	Fiscais e previdenciárias	16.2	24.130	58.546
Outros valores e bens	10	229.503	231.018	Provisão para pagamentos a efetuar	16.3	96.850	150.811
Não circulante		1.899.724	1.969.577	Diversas	16.5	2.717.551	2.380.332
Operações de crédito		1.029.840	1.167.741	Não circulante		1.816.510	2.727.416
Setor privado	9	1.098.040	1.252.254	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	1.762.015	2.678.782
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		-	-	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.762.015	2.678.782
Outros créditos	9 f	(68.200)	(84.513)	Provisões para impostos e contribuições diferidas		174	157
Ativos fiscais diferidos	11	630.588	555.625	Outras obrigações		54.321	48.477
Diversos	10	47.132	42.662	Provisões judiciais	16.4.1	52.665	47.293
Investimento em entidade controlada em conjunto	12	114.600	105.388	Diversas	16.5	1.656	1.184
Intangível	13	77.564	98.161	Patrimônio líquido		1.019.715	1.175.841
“Software” e combinação de negócios		112.482	124.607	Capital social	18 a	654.117	654.117
(-) Amortizações		(34.918)	(26.446)	Outros resultados abrangentes		(18.718)	(67)
Total do ativo		17.133.106	15.210.798	Reservas de lucros	18 b	384.316	521.791
				Total do passivo e patrimônio líquido		17.133.106	15.210.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		550.000	80.474	546.488	346	(18)	-	1.177.290
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R\$ 1,31 por ação)		-	-	(40.000)	-	-	-	(40.000)
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	-	-	-	-	-	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	-	-	-	-	-	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	-	3.848	-	-	3.848
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(49)	-	(49)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	56.069	56.069	56.069
Destinações:								
Reserva legal		-	2.803	-	-	-	(2.803)	-
Reserva estatutária		-	-	3.266	-	-	(3.266)	-
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 4,52 por ação)		-	-	(75.434)	-	-	-	(75.434)
Dividendos intermediários (R\$ 3,00 por ação)		-	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		654.117	83.277	434.320	4.194	(67)	-	1.175.841
Saldos em 30 de junho de 2022		550.000	80.474	506.488	778	(18)	9.631	1.147.353
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	-	-	-	-	-	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	-	-	-	-	-	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	-	3.416	-	-	3.416
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(49)	-	(49)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	46.438	46.438	46.438
Destinações:								
Reserva legal		-	2.803	-	-	-	(2.803)	-
Reserva estatutária		-	-	3.266	-	-	(3.266)	-
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 4,52 por ação)		-	-	(75.434)	-	-	-	(75.434)
Dividendos intermediários (R\$ 3,00 por ação)		-	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		654.117	83.277	434.320	4.194	(67)	-	1.175.841
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	18 (c)	-	-	(65.000)	-	-	(65.000)	(65.000)
JCP - exercícios anteriores	18 (c)	-	-	(74.095)	-	-	(74.095)	(74.095)
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	-	7.292	-	-	7.292
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(255)	-	(255)
Ações outorgadas		-	-	(4.671)	-	-	(4.671)	(4.671)
Resultado com “hedge”	17	-	-	-	-	(18.396)	(18.396)	(18.396)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(1.001)	(1.001)
Absorção dos prejuízos acumulados do exercício		-	-	(1.001)	-	-	1.001	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		654.117	83.277	294.224	6.815	(18.718)	-	1.019.715
Saldos em 30 de junho de 2023		654.117	83.277	330.125	1.912	(17.957)	(64.967)	986.507
JCP - exercícios anteriores	18 (c)	-	-	(34.900)	-	-	(34.900)	(34.900)
Reconhecimento do pagamento em ações		-	-	-	4.903	-	-	4.903
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(255)	-	(255)
Resultado com “hedge”	17	-	-	-	-	(506)	(506)	(506)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	63.966	63.966	63.966
Absorção dos prejuízos acumulados do exercício		-	-	(1.001)	-	-	1.001	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		654.117	83.277	294.224	6.815	(18.718)	-	1.019.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	63.966	(1.001)	46.438	56.069
Outros resultados abrangentes	(763)	(18.653)	(49)	(49)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:				
Resultado com “hedge”	(843)	(30.660)	-	-
Efeitos tributários sobre resultado com “hedge”	335	12.262	-	-
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(425)	(425)	(82)	(82)
Efeitos tributários	170	170	33	33
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	63.203	(19.654)	46.389	56.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Receitas da intermediação financeira		1.133.854	2.196.934	1.068.931	2.014.936
Operações de crédito	19	1.115.434	2.162.242	1.040.284	1.954.931
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		18.420	34.692	28.647	60.005
Despesas da intermediação financeira		(702.333)	(1.330.968)	(480.348)	(1.246.246)
Operações de captação no mercado		(263.128)	(533.358)	(254.297)	(453.933)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(439.205)	(797.610)	(226.051)	(792.313)
Resultado bruto da intermediação financeira		431.521	865.966	588.583	768.690
Outras receitas/(despesas) operacionais		(351.882)	(923.168)	(593.545)	(735.051)
Receita de prestação de serviços	20	611.065	1.182.438	545.744	1.017.306
Despesas com pessoal		(44.104)	(87.864)	(38.290)	(67.297)
Outras despesas administrativas	21	(315.652)	(651.679)	(344.851)	(647.252)
Despesas tributárias		(85.903)	(165.000)	(81.595)	(154.369)
Outras receitas operacionais	22	33.006	51.852	49.108	64.122
Outras despesas operacionais	23	(550.294)	(1.252.915)	(723.661)	(947.561)

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



★continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 4º andar - Campos Elíseos - São Paulo - SP, com o objetivo de exercer a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, e a emissão e administração de cartões de crédito próprios, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados. A Instituição faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros.

A Instituição possui a seguinte participação na entidade controlada em conjunto:

Classificação	Consolidação	De dezembro de 2023	
		Participação direta (%)	De dezembro de 2022
Entidade controlada em conjunto	Por equivalência patrimonial	50,00	50,00

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base nas normas expedidas por ele e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo BACEN (no que não contrariam outras normas vigentes).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2. CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4. CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO - CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Instituição tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS**RESOLUÇÃO CMN Nº 352/2023**

Esta Resolução deliberada em 23 de dezembro de 2023 consolida as normas nº 219 de 2021 e nº 309 de 2023 e normas anteriores sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de "hedge") e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas. As diretrizes demandadas nesta norma estão sendo avaliadas em conjunto com o projeto da implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.100/2023

Esta Resolução deliberada em 24 de agosto de 2023 altera dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 ao estabelecer, por exemplo, novos critérios contábeis para contratos renegociados, opcionalidade para reconhecer no resultado os custos de transação e valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento considerados imateriais, postergação dos requisitos aplicáveis à contabilidade de "hedge", dentre outros.

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

Estão sendo implementadas as diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de 25 de novembro de 2021 que dispõe e que regulamenta os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, principalmente ao provisionamento de risco de crédito por parte das instituições financeiras. As entidades devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024 os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o seu resultado e sua posição financeira. O estágio atual do projeto é de implementação de execução.

2.6. NORMAS EMITIDAS VIGENTES**RESOLUÇÕES BCB Nº 151/2021 E Nº 353/2023**

Estas Resoluções estipulam sobre a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas à avaliação dos riscos social, ambiental e climático de suas exposições em operações de crédito e a títulos e valores mobiliários, e dos seus respectivos devedores, de que tratam às Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e a Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021.

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 222/2021

Estabelece os procedimentos para a remessa das informações relativas aos riscos social, ambiental e climático de exposições em operações de crédito e títulos e valores mobiliários de que trata a Resolução BCB nº 151/2021 realizada por meio do documento 2030 - Documento de Risco Social, Ambiental e Climático (DRSAC). Adicionalmente, a Instituição está em conformidade com as normas acima descritas, no qual será enviado o DRSAC no prazo estipulado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**3.2.1. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**3.3.1. INSTRUMENTOS DE "HEDGE"**

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam à proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das

aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Instituição documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

3.4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por teste de "impairment" (recuperação) a cada data de balanço.

As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor - CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores (vide nota explicativa nº 9).

3.5. ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

3.6. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

3.7. PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados ao ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrued" até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

3.9. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.10. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais (R\$ 120 semestrais).

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da provisão e contingência para risco de créditos ("impairment"); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dado os negócios em que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (<https://ri.instituicaoouro.com.br/governanca-corporativa/conglomerado-prudencial/>), até o final do mês de março de 2024.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1. RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas. Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria.

Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores.

A concentração do portfólio de investimentos da Instituição está alocada em 100% em risco soberano.

5.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN e suas alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a "hedge" de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não negociação, inclusive derivativos.

5.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados, mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRIs que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5. RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Instituição, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Instituição e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

continua →★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Capital regulamentar		
Nível I.....	1.541.444	1.312.668
Capital principal.....	1.490.156	1.312.668
Capital complementar.....	51.288	-
Nível II.....	664.907	632.595
Dívidas subordinadas elegíveis a capital.....	664.907	632.595
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	2.206.351	1.945.262
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito.....	15.243.679	14.370.829
De mercado.....	70.446	72.785
Operacional.....	1.133.160	856.315
Ativos ponderados pelo risco (B)	16.447.285	15.299.929
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	1.726.965	1.606.493
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	479.386	338.770
Índice de capital (A/B)	13,41%	12,71%

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa.....	489.504	179.990
Equivalentes de caixa (*).....	384	136
	489.888	180.126

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Fundos exclusivos	
			1 a 30 dias	Acima de 1 ano
LFTs.....	-	17.996	17.996	33.204
LTNs.....	4.158	-	4.158	-
	4.158	17.996	22.154	33.204

(*) A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

As cotas de fundos de investimentos avaliadas ao valor justo são classificadas substancialmente como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

(e) POR NÍVEL DE RISCO

Nível de risco	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Provisão mínima requerida (%)	Cartão de crédito e títulos e créditos	Financiamento	Empréstimo	Total da carteira	Provisão 2.682/99 (*)
AA.....	-	-	337.353	124.549	461.902	-
A.....	0,5	11.524.209	906.333	671.789	13.102.331	65.513
B.....	1	123.668	77.718	79.106	280.492	2.805
C.....	3	700.529	86.539	51.127	838.195	25.146
D.....	10	414.360	40.201	19.605	474.166	47.417
E.....	30	307.428	22.099	12.765	342.292	102.688
F.....	50	210.129	18.993	9.535	238.657	119.329
G.....	70	146.830	15.047	7.421	169.298	118.509
H.....	100	879.326	56.417	43.866	979.609	979.532
Total.....		14.306.479	1.560.700	1.019.763	16.886.942	1.460.939
Provisão sobre o total da carteira.....						15.084.101
						8,0%

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito.

O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão.

(f) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial.....	1.208.075	732.295
Constituição de provisão.....	1.277.176	1.217.876
Reversões e baixas para prejuízo - líquidas de recuperações.....	(1.024.312)	(742.096)
Saldo final.....	1.460.939	1.208.075

(g) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Montante de créditos renegociados.....	738.807	713.994
Montante de créditos recuperados.....	538.337	219.109
Montante de créditos baixados como prejuízo.....	(1.562.649)	(961.205)
	(285.505)	(28.102)

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cartão de crédito.....	152.474	154.289
Impostos a compensar.....	61.437	52.684
Depósitos judiciais.....	45.053	40.863
Adiantamento a fornecedores e funcionários.....	12.078	13.925
Transações com partes relacionadas (i).....	978	24
Outros.....	4.615	11.895
Total.....	276.635	273.680
Circulante.....	229.503	231.018
Não circulante.....	47.132	42.662

(i) Vide nota explicativa nº 24.

11. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	493.381	64.443	(12.040)	545.784
Provisão para programa fidelidade.....	43.234	5.032	(2.724)	45.542
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros.....	-	24.032	(11.770)	12.262
Provisão para processos judiciais.....	7.631	1.994	(294)	9.331
Outras provisões.....	11.379	13.100	(6.810)	17.669
Total.....	555.625	108.601	(33.638)	630.588

11.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024.....	196.400
2025.....	243.646
2026.....	45.282
2027.....	66.157
Após 2027.....	79.103
Total.....	630.588

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS - VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS
(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Operações de crédito		
Cartão de crédito (i).....	2.927.232	2.460.567
Financiamentos.....	1.560.700	1.907.728
Empréstimos.....	1.019.763	837.594
	5.507.695	5.205.889
Títulos e créditos a receber (ii).....	11.379.247	9.878.212
	16.886.942	15.084.101

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes (vide nota explicativa nº 15).

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Setor privado		
Pessoas físicas.....	16.250.112	14.525.973
Comércio.....	20.407	21.689
Intermediadores financeiros.....	17.370	13.629
Indústria.....	442	1.015
Outros serviços (*).....	598.611	521.795
	16.886.942	15.084.101

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a prestadores de serviços do grupo Porto.

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer		
Até 90 dias.....	11.774.467	10.261.193
De 91 a 360 dias.....	996.403	1.016.836
Acima de 360 dias.....	1.098.041	1.252.253
Vencidos		
Até 14 dias.....	843.028	794.946
Acima de 14 dias.....	2.175.003	1.758.873
	16.886.942	15.084.101

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
1 a 10 maiores devedores.....	61.178	42.542
11 a 60 maiores devedores.....	58.338	42.478
61 a 160 maiores devedores.....	58.697	48.572
Demais devedores.....	16.708.729	14.950.509
	16.886.942	15.084.101

11.2. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Resultado antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL).....	84.392	(47.990)	1.141	29.458
(-) Participações nos lucros.....	(6.708)	(13.785)	(5.620)	(10.904)
Lucro/(prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A).....	77.684	(61.775)	(4.479)	18.554
Alíquota vigente.....	40%	40%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B).....	(31.074)	24.710	1.792	(7.422)
Juros sobre capital próprio.....	13.960	29.638	30.174	30.174
Inovação tecnológica.....	2.450	2.450	13.956	13.981
Incentivos fiscais.....	74	74	4.259	4.407
Equivalência patrimonial.....	1.902	3.685	2.442	(1.672)
Majoração alíquota CSLL.....	-	-	(1.315)	(1.315)
Outros.....	(1.030)	217	(391)	(638)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....	17.356	36.064	49.125	44.937
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C).....	(13.718)	60.774	50.917	37.515
IRPJ e CSLL correntes.....	(1.439)	(1.731)	(61.793)	(181.703)
IRPJ e CSLL diferidos.....	(12.279)	62.505	112.710	219.218

12. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Resultado patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2023
ConectCar.....	105.388	9.212	114.600
	105.388	9.212	114.600

13. ATIVOS INTANGÍVEIS
13.1. COMPOSIÇÃO

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Taxas anuais amortização (%)	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais amortização (%)	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software".....	6,67 a 20,0	32.119	20.069	44.245	(14.133)	30.112
Marca.....	-	34.488	34.488	-	34.488	34.488
Parceria.....	-	1.900	1.900	-	1.900	1.900
Ágio.....	-	43.975	21.107	43.974	(12.313)	31.661
Combinações de negócios - Conectcar.....		80.363	(22.868)	57.495	80.362	(12.313)
		112.482	(34.918)	77.564	124.607	(26.446)

13.2. MOVIMENTO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software".....	30.112	13.381	(23.424)
Marca.....	34.488	-	-
Parceria.....	1.900	-	-
Ágio.....	31.661	-	(10.554)
Combinações de negócios - Conectcar.....	68.049	-	(10.554)
	98.161	13.381	(33.978)

13.3. MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos de ágios oriundos da expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovadas pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionados à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

Em 1º de outubro de 2021 a Instituição adquiriu 50,0% de participação societária na empresa ConectCar, visando à conexão entre a mobilidade e diversos serviços financeiros, permitindo ampliar e modernizar benefícios existentes, dando aos clientes do cartão de crédito da Instituição o direito ao serviço de pagamento digital de pedágio e estacionamentos direto pelo aplicativo Porto Seguro Cartões, proporcionando segurança no momento do pagamento. O valor recuperável da unidade geradora de caixa da ConectCar em 31 de dezembro de 2023 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 20,15% (19,33% em 2022) e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,54% (3,25% em 2022).

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificada a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Recursos de letras financeiras (i).....	958.443	1.060.666	840.024	921.991	3.781.124	3.672.390
Depósitos inter-financeiros - DI.....	200.090	-	-	-	200.090	-
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE.....	22.176	92.012	-	-		

PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(A) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 654.177, dividido em 16.675.720 (unidades) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(B) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante à apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 83.277.

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 294.224.

(C) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição aprovou em 27 de janeiro de 2023 e 31 de março de 2023, a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 20.000 e R\$ 45.000, respectivamente, intermediários à conta de reservas de lucros. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Instituição aprovou, em reuniões de diretoria realizadas em 23 de junho, 30 de setembro e 22 de dezembro de 2023, a distribuição a seus acionistas de JCP nos valores de R\$ 33.316, R\$ 15.300 e R\$ 14.365 respectivamente, líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

(D) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Instituição possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Instituição e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Instituição e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Instituição e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Instituição.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Instituição e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Instituição e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" e "lockup" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante à entrega de ações emitidas pela Instituição mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações foram atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Instituição e/ou das sociedades nas quais a Instituição detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de "vesting" de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante à entrega de ações emitidas pela Instituição mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações foram atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

19. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Cartão de crédito.....	815.087	1.575.024	760.285	1.431.467
Financiamentos.....	213.769	419.568	201.694	380.707
Empréstimos.....	79.896	153.873	72.222	130.206
Juros de mora.....	6.682	13.777	6.083	12.551
	1.115.434	2.162.242	1.040.284	1.954.931

20. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Receita de "interchange" (*).....	355.301	671.754	317.261	601.486
Tarifas - "private label".....	239.425	476.170	207.701	377.044
Outras.....	16.339	34.514	20.782	38.776
	611.065	1.182.438	545.744	1.017.306

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Processamento de dados e comunicação.....	253.044	494.341	248.660	480.416
Comissões.....	10.670	54.440	45.898	85.541
Custo corporativo.....	14.136	26.940	15.771	29.610
Infraestrutura.....	9.315	18.141	7.428	14.273
Divulgações e publicidade.....	5.843	11.783	8.640	13.297
Outras.....	22.644	46.034	18.454	24.115
	315.652	651.679	344.851	647.252

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Receita de variação cambial.....	10.932	21.257	32.047	37.664
Receitas de incentivo - cartão de crédito.....	18.115	23.236	1.997	7.962
Outras.....	3.959	7.359	15.064	18.496
	33.006	51.852	49.108	64.122

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Despesas com recuperação.....	143.779	494.799	434.836	446.379
Desconto concedido.....	168.400	284.853	71.757	113.673
Programa de fidelização.....	81.993	156.307	75.897	146.042
Certificações.....	73.384	121.553	37.137	55.570
Despesas bancárias e de cobrança.....	62.664	120.107	46.303	88.091
Fretes.....	7.337	14.849	9.888	15.929
Porto Serviços.....	5.277	10.554	12.312	12.312
Perdas com fraude.....	2.613	7.082	4.879	12.465
Promoções.....	2.558	5.754	1.030	2.521
Despesas internacionais.....	92	246	349	1.093
Outras despesas.....	2.197	36.811	29.273	53.486
	550.294	1.252.915	723.661	947.561

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor PresidenteCELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e InvestimentosLUIZ AUGUSTO MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Cliente e DanosADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e RiscosRAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de ControladoriaADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de NegócioNELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de NegócioPAULO HENRIQUE GALLEGUILLLOS CALDERON
Diretor de NegócioRICARDO KAORU INADA
Diretor de NegócioTIAGO VIOLIN
Diretor de NegócioPAULO CARVALHO
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas da
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5.1 e 9 (e) e (f), a Instituição classifica o nível de risco das operações de crédito, no montante de R\$ 1.460.939 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, bem como adota modelo interno de

provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas com operações de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iii) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (iv) recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 e premissas adotadas pela Diretoria no seu modelo interno; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais e (vi) análise das divulgações realizadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras da Instituição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotada pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 5.1 e 9 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura de pessoal para as empresas do Grupo Porto;
- Convênio de utilização do meio de pagamento do cartão de crédito ("private label") com a Porto Cia e Azul;
- Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;
- Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da Porto Saúde;
- Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Portopar e Porto Investimentos;

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo		
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	
Porto Cia.....	-	-	1.501.465	1.433.550	
Porto Consórcio.....	580	24	-	-	
Mobitech.....	164	-	-	-	
Porto Serviços.....	23	-	-	-	
Porto Capitalização.....	122	-	-	-	
Demais.....	89	-	-	-	
	978	24	1.501.465	1.433.550	
		Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2022
Porto Cia.....	16.110	8.533	(235.097)	(160.927)	-
Azul Seguros.....	12.804	4.711	-	-	-
Porto Consórcio.....	6.122	664	(143)	-	-
Porto Assistência.....	2.307	445	(306)	-	-
Mobitech.....	1.324	569	(1.011)	-	-
Porto Capitalização.....	1.225	127	-	-	-
Porto Serviços.....	970	173	(1.810)	(262)	-
Portopar.....	274	23	-	(592)	-
Proteção e Monitoramento.....	261	17	(106)	-	-
Porto Saúde.....	204	-	(4.656)	(3.261)	-
Crediporto.....	141	-	(28.506)	(42.821)	-
Porto Investimentos.....	-	-	(166)	(445)	-
Porto Atendimento.....	-	-	(73.693)	(74.911)	-
	41.742	15.262	(345.494)	(283.219)	-

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído. O resultado por ação é demonstrado a seguir:

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Instituição....	63.966	(1.001)	46.438	56.069
Quantidade de ações.....	16.676	16.676	16.676	16.676
Lucro/(prejuízo) básico e diluído (R\$).....	3,83581	(0,06003)	2,78472	3,36226

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

26.1. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve nos exercícios de 2023 e de 2022, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.



PORTOSEG S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem

os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

Ampliamos a nossa frota especial para você seguir ainda mais seguro.



Saiba mais



Baixe o App e fale com seu Corretor.

Todo cuidado é Porto.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>